



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

Cargo

1

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA:
ADMINISTRATIVA

Aplicação: 23/11/2008

CADERNO DE PROVAS – PARTE II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MANHÃ

Caderno B

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Tudo que vem do acaso é instável.

- 3 Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira atentamente se o tipo deste caderno — **Caderno B** — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique os dados do seu cargo — número, nome, área e especialidade (exceto cargos 1 e 11) — transcritos acima e no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **25/11/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **26 e 27/11/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **19/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a prova prática de informática: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **4/1/2009** – Aplicação da prova prática de informática: em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.
- V **20/1/2009** – Resultado provisório da prova prática de informática: Diário Oficial da União e Internet.
- VI **21 e 22/1/2009** – Recursos (prova prática de informática): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 - TRT 5.ª Região, de 29/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de suspensão, interrupção e rescisão de contrato de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 51** Quando houver pagamento de salário, os dias de paralisação em decorrência de uma greve serão considerados causa de interrupção do contrato de trabalho.
- 52** Considere a seguinte situação hipotética.
Antônio, auxiliar de serviços gerais de determinado supermercado, foi flagrado subtraindo a quantia de R\$ 1.000,00 de um dos caixas do estabelecimento.
Nessa situação, Antônio praticou um ato de improbidade, o que constitui justa causa para a rescisão do contrato.
- 53** A condenação criminal de um empregado constitui motivo para a rescisão do contrato de trabalho por justa causa.
- 54** O serviço militar obrigatório é causa de interrupção do contrato de trabalho.

A respeito de aspectos relacionados à jornada de trabalho, julgue os seguintes itens.

- 55** Considere a seguinte situação hipotética.
João moveu reclamação trabalhista contra a empresa em que trabalhava, alegando determinada jornada de trabalho. A empresa, por sua vez, na audiência de instrução, apresentou, como única prova, cartões de ponto com registros de jornada uniformes.
Nessa situação, a jornada de trabalho alegada por João na inicial deverá prevalecer como verdadeira.
- 56** O denominado regime de tempo parcial é aquele cuja duração não excede vinte e cinco horas semanais.
- 57** Sempre que for requisitado pelo empregador, o empregado é obrigado a trabalhar em jornada extraordinária, pois deve cumprir as ordens que lhe são emitidas.
- 58** Os valores pagos a título de horas extras integram a base de cálculo do fundo de garantia por tempo de serviço.

Julgue os próximos itens, relativos à competência da justiça do trabalho.

- 59** Considere a seguinte situação hipotética.
Maria trabalhava como secretária de Ana em uma empresa. Em determinado momento, Maria passou a Ana uma informação equivocada. Ao descobrir o equívoco, Ana dirigiu-se a Maria e a chamou de incompetente e burra. Nessa situação, caso Maria deseje obter indenização por danos morais em decorrência do ato praticado por Ana, um juiz do trabalho será competente para julgar a demanda.
- 60** Os crimes contra a organização do trabalho devem ser julgados por um juiz do trabalho.

Com referência aos recursos no processo do trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 61** Não são cabíveis, em nenhuma hipótese, embargos para a Seção Especializada em Dissídios Individuais em decisões proferidas em agravo de instrumento oposto contra despacho denegatório em recurso de revista.
- 62** Em procedimentos sumaríssimos, é possível a interposição de recurso de revista tendo como fundamento a contrariedade a orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 63** O agravo de petição, cujo prazo para a interposição é de 10 dias, é o recurso específico contra decisões do juiz na execução trabalhista.
- 64** O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho.

Julgue os itens a seguir, que versam acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

- 65** A garantia da remuneração do trabalho noturno superior à do diurno é constitucional.
- 66** O direito à licença paternidade também é assegurado à categoria dos empregados domésticos.

A respeito das custas e emolumentos e das provas, julgue os itens que se seguem.

- 67** Considere a seguinte situação hipotética.
José foi arrolado como testemunha de Marcos em um processo judicial contra uma determinada empresa. José, no entanto, também estava litigando contra a mesma empresa, em outra ação distinta da de Marcos.
Nessa situação, José não poderá ser ouvido como testemunha, pois se tornará suspeito.
- 68** Os honorários do assistente técnico indicado para acompanhar perícia em processo do trabalho deverão ser pagos pela parte vencida na demanda.
- 69** O prazo para a comprovação do pagamento das custas é de cinco dias, contados do seu recolhimento.

Quanto às audiências, julgue o item abaixo.

- 70** O preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado, exceto nas causas de empregados domésticos ou contra micro ou pequeno empresário.

Julgue os seguintes itens, que tratam dos conceitos de salário e remuneração e dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

- 71** O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade.
- 72** As gorjetas pagas espontaneamente pelos clientes não integram a remuneração do empregado.
- 73** O salário-família não é devido aos trabalhadores rurais.
- 74** Caso um trabalhador de uma indústria de tabacos, ao final de cada mês, receba da empresa quatro maços de cigarros como complemento de sua remuneração, é correto afirmar que, nesse caso, os cigarros recebidos por ele constituem salário utilidade.

Sobre jurisdição, partes, procuradores, intervenção de terceiros e Ministério Público, julgue os seguintes itens.

- 75** O Ministério Público, no processo civil, atua em nome próprio, mas em defesa de interesse alheio.
- 76** O contraditório, a eventualidade e a oralidade são princípios informadores e fundamentais inerentes à jurisdição.
- 77** Na substituição processual, ocorre uma alteração nos pólos subjetivos do processo.
- 78** Em ação possessória proposta por terceiro, citado o locatário em nome próprio, este poderá denunciar à lide o proprietário-locador.

Acerca da competência, dos atos processuais e da formação e suspensão do processo, julgue os próximos itens.

- 79** Nas causas submetidas ao rito comum sumário, a parte autora, se quiser produzir prova testemunhal, deverá apresentar o rol de testemunhas junto com a inicial, sob pena de preclusão temporal.
- 80** A incompetência relativa não poderá ser conhecida de ofício pelo juiz, salvo na hipótese de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.
- 81** A produção dos efeitos do pedido de desistência da ação dispensa a homologação deste por sentença.
- 82** Vencida a fase de saneamento do processo, a alteração do pedido ou da causa de pedir somente será possível mediante a anuência do réu.

Acerca da resposta do réu, da revelia, das provas e dos recursos, julgue os itens a seguir.

- 83** Interposto o recurso de apelação, a qualquer tempo pode o recorrente a ele renunciar, independentemente de anuência do recorrido.
- 84** Segundo os postulados do princípio processual da eventualidade, incumbe ao réu, na contestação, de uma só vez, formular todas as defesas de que dispõe.
- 85** A presença de advogado regularmente constituído nos autos pelo réu, por si só, obsta a decretação da sua revelia.
- 86** Quanto à valoração da prova, o Código de Processo Civil brasileiro ora vigente adota o sistema da livre convicção.

Julgue os itens que se seguem em relação à justiça do trabalho, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- 87** O TST é competente para julgar conflito de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e o TRT da 10.^a região, com sede em Brasília.
- 88** Caso um servidor público federal regido pela Lei n.º 8.112/1990, em exercício em tribunal regional eleitoral, tenha ajuizado reclamação trabalhista contra a União, com o objetivo de condená-la ao pagamento de gratificação suprimida de seus vencimentos, a ação deverá ser julgada por uma das varas da justiça do trabalho da capital onde se encontre o referido tribunal.
- 89** Considere a seguinte situação hipotética.
Maria trabalhou até dezembro de 2007 em uma fábrica na qual sofreu acidente que resultou na perda de um dos dedos de sua mão direita. Em decorrência disso, ajuizou ação para exigir a condenação de sua ex-empregadora ao pagamento de danos morais.
Nessa situação, a ação deve ser corretamente proposta perante a justiça do trabalho.
- 90** Se, em eleição para sindicato de servidores da justiça do trabalho, regidos pela Lei n.º 8.112/1990, os integrantes de determinada chapa propuserem ação para anular a eleição sob o fundamento de que teria havido fraude na votação, a referida ação deverá ser julgada pela justiça estadual comum.

A respeito do processo legislativo e do papel do Tribunal de Contas da União (TCU) no controle dos recursos públicos, julgue os itens seguintes.

- 91** O TCU pode realizar tomada de contas especial em empresa pública estadual da qual a União seja acionista minoritária.
- 92** O senador da República tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança para o controle da constitucionalidade de aspecto procedimental relativo a processo legislativo de decreto legislativo que esteja em tramitação no Senado Federal.
- 93** O presidente da República tem iniciativa privativa para apresentação de projeto de lei que vise à concessão de isenção tributária de taxa judicial.
- 94** Prescinde de sanção do presidente da República emenda constitucional que tenha sido regularmente aprovada no Congresso Nacional.
- 95** As contas dos responsáveis por recursos públicos no TRT da 5.^a Região são julgadas pelo TCU.
- 96** O TCU não tem competência para determinar, em tomada de contas especial, a quebra de sigilo bancário de empresa acusada de superfaturamento de obra pública.

Julgue os itens a seguir, acerca dos direitos da nacionalidade e dos direitos políticos.

- 97** O cargo de ministro do TST exige a situação de brasileiro nato para seu provimento.
- 98** Na hipótese de o marido da governadora de um estado da Federação pretender concorrer à primeira eleição para mandato local, ele será inelegível.

Julgue os itens subseqüentes de acordo com a Lei n.º 8.112/1990.

- 99** O servidor tem direito, observado o interesse da administração, a afastar-se do cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, por até três meses e com a respectiva remuneração, para participar de curso de capacitação profissional.
- 100** O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para exercício interino em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- 101** Na impossibilidade de o candidato comparecer à entrada em exercício de cargo para o qual tenha sido nomeado, é admissível que ele outorgue procuração para que, em seu lugar, terceiro entre em exercício.
- 102** O servidor readaptado e, em seguida, considerado incapaz para o serviço público será colocado em disponibilidade.
- 103** Não será devida diária a servidor ocupante de cargo público quando o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos atos administrativos e do procedimento administrativo disciplinado no âmbito da administração federal.

- 104** O TRT da 5.ª região, com sede em Salvador, é entidade integrante da justiça do trabalho.
- 105** É dispensável a motivação para o ato administrativo quando este se destinar apenas a suspender outro ato anteriormente editado.
- 106** A revogação de ato administrativo por motivo de conveniência e oportunidade deve respeitar os direitos eventualmente adquiridos.
- 107** O prazo decadencial para a administração pública anular atos administrativos de efeitos patrimoniais contínuos renova-se periodicamente.

Julgue os itens subseqüentes de acordo com a Lei de Licitações.

- 108** A autoridade administrativa pode, desde que observados o interesse público e a segurança nacional, combinar as modalidades de licitação convite e tomada de preços.
- 109** Quando permitida, em edital, a participação de empresas em consórcio, haverá solidariedade dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação como na de execução do contrato.
- 110** É proibido o retardamento imotivado de execução de obra, quando existir previsão orçamentária para sua execução total, ressalvada a hipótese de insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica.

Acerca do Regimento Interno do TRT da 5.ª Região, julgue os itens a seguir.

- 111** Nas sessões dos órgãos do TRT, pode-se permitir aos advogados proceder à sustentação oral. Caso um advogado, durante essa sustentação, se conduza de maneira desrespeitosa ou, por qualquer motivo, inadequada, o presidente do órgão julgador cassará a sua palavra.
- 112** Nos dias sem expediente forense, as medidas urgentes destinadas a evitar o perecimento do direito ou assegurar a liberdade de locomoção serão apreciadas pelo corregedor regional.
- 113** A idade não pode servir de parâmetro para aferir-se a antiguidade de desembargador.
- 114** Em regra, os desembargadores tomarão posse perante o Tribunal Pleno. Assim, caso um desembargador apresente requerimento para tomar posse perante o presidente do TRT, *ad referendum* do Tribunal Pleno, terá o seu pleito indeferido.
- 115** Publicado o ato de nomeação do vice-presidente do TRT, a posse deste deverá ocorrer dentro de 30 dias, contados da publicação do ato da nomeação, prorrogáveis por igual período, em decorrência de motivo relevante, a critério da Presidência do TRT, excetuada a hipótese de promoção.
- 116** Compete ao Tribunal Pleno processar e julgar, originariamente, as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público opostas a processos de sua competência originária.
- 117** Na hipótese de eleição para preenchimento da metade das vagas do Órgão Especial, a qual será realizada em votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, concorrerão à vaga todos os representantes respectivos das classes de advogado e do Ministério Público.
- 118** No caso de processo relativo à aplicação de penalidade aos magistrados, a competência para julgamento será do Tribunal Pleno.
- 119** O órgão competente para julgar, originariamente, as revisões de sentenças normativas é a Seção Especializada em Dissídios Individuais.
- 120** No caso de dissídios coletivos que ocorram fora da sede do tribunal, os titulares de vara do trabalho e juízes de direito poderão presidir audiências e promover a conciliação, mediante delegação de atribuições do presidente do TRT.